

CLAUSEWITZ E A POLARIZAÇÃO MARÍTIMA NO SÉCULO XXI¹: UMA ORIENTAÇÃO TEÓRICA PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Luciano Ponce Carvalho Judice
Prof. Dr. Cleveland Maximino Jones²

Resumo

Clausewitz foi o primeiro autor a aventar um princípio de polaridade, em que pese não o tenha desenvolvido, posto que não era um conceito central para a discussão teórica da natureza da guerra, na perspectiva de um observador de conflitos entre Estados Nacionais da Europa do início do século XIX. Dois séculos passados, Cabe agora uma revisita a tal princípio, que transcende e precede os conflitos armados, e é inerente às Relações Internacionais, envolvendo atores de um teatro mundial, estatais ou não. Tal esforço analítico visará não só aos antagonismos manifestos, o que associaremos à polaridade direta, manifesta, mas também possibilitará uma compreensão de um fenômeno mais sutil, a polarização indireta. Essa última surpreende os incautos, como o torpedeamento de navios mercantes brasileiros na Segunda Guerra mundial, e a esquecida Guerra da Lagosta, crise político-estratégica irrompida em 1963. Nesse contexto, será destacada a realidade marítima do século XXI, em que se acentua um quarto atributo contemporâneo do mar, fonte de recursos. Contrastar-se-á assim o Mar do Sul China e o Atlântico Sul, com destaque para o seu lado brasileiro, a Amazônia Azul, numa análise de antagonismos, manifestos ou latentes, políticos, no primeiro caso, e de interesses estratégicos, no segundo. Perscrutamos assim das “batalhas oceanopolíticas” aos cabos de guerra marítimos por ativos energéticos de primeira grandeza — como o Polígono do Pré-sal, e outros que estão por vir. Tal estudo nos informa que não precisamos de antever inimigos hipotéticos, até porque os atores não estatais são difusos e difíceis de serem circunscritos, na defesa proativa dos interesses nacionais, como a Estratégia Nacional de Defesa nos orienta.

¹ O autor é Capitão de Mar e Guerra do Corpo da Armada, possui graduação em ciências navais pela Escola Naval (1994), Aperfeiçoamento em eletrônica para Oficiais (Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, 1997), bacharel em direito pela Universidade Federal Fluminense (2011), mestre em Ciências Navais e em Estudos

Abstract

Clausewitz was the first author to producing any principle of polarity, despite he has not developed it, since it wasn't a central concept in the theoretical discussion of the nature of warfare, from the perspective of an observer of conflicts between nation-states of Europe in the early nineteenth century. Two centuries past, It is now a revisit to this principle, which transcends and precedes armed conflicts, and is inherent in international relations, involving actors in a world theater, state or not. This analytical effort will target not only the obvious antagonisms, which associate to direct polarity, visible, but will also provide an understanding of a more subtle phenomenon, indirect polarization. The latter surprises the unwary as the torpedoing of Brazilian merchant ships in World War II, and the forgotten Lobster War, a political and strategic crisis that has broken out in 1963. In this context, this article will highlight the maritime reality of the twenty-first century, in which accents a fourth sea attribute, a source. It will contrast thus the South China Sea and South Atlantic, especially his Brazilian side, the Blue Amazon, a antagonisms analysis, or apparent, politicians, in the first case and strategic interests, in the second . So we watch for the "oceanopolitical battles" to maritime war cable for energy assets of the first magnitude - as the Polygon Pre-salt, and others thar are coming. This study tells us that we need not to anticipate hypothetical enemies, because non-state actors are diffuse and difficult to circumscribe, in the proactive defense of national interests, such as the National Defense Strategy guide us.

Marítimos pela Escola de Guerra Naval (EGN, respectivamente em 2010 e 2015), onde é docente e encarregado do Centro de Jogos de Guerra. É membro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

² O autor possui graduação em Física e Economia (Cornell University, Ithaca, NY, EUA, 1974), pós-graduação em Engenharia de Petróleo e Gás Natural (UERJ-2007), pós-graduação em Engenharia de Petróleo e Gás Natural (UERJ-2007), e mestrado (2009- análise de bacias e faixas móveis) e doutorado (2014-MEOR-Microbial Enhanced Oil Recovery) em Geologia pela UERJ. Atualmente é pesquisador do INOG (Instituto Nacional de Óleo e Gás-INCT/CNPq). É consultor internacional autônomo, tendo prestado serviços no Brasil e no exterior para Ministérios Públicos e empresas multinacionais do petróleo. É membro da Geosciences Advisory Board da NXT Energy Solutions Inc., do Canadá.

Introdução

O primeiro autor a aventar um princípio de polaridade aplicável aos conflitos armados foi o oficial de regimento prussiano Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1870-1831), que encarava a guerra como instrumento racional de Política Nacional. O teórico morreu de cólera sem ultimar sua célebre obra: "Da Guerra" – publicada graças à devoção de sua viúva – da qual transcrevemos trecho de seu volume inicial, na versão original em alemão considerada como a primeira edição³, seguida da respectiva versão em português:

15. Hier wird also ein Prinzip der Polarität in Anspruch genommen

Indem wir das Interesse des einen Feldherrn immer in entgegengesetzter Größe bei dem anderen gedacht haben, haben wir eine wahre Polarität angenommen. Wir behalten uns vor, diesem Prinzip in der Folge ein eigenes Kapitel zu widmen, [...]

15. Aqui então é utilizado um princípio de polaridade

Considerando que o interesse de um Comandante está sempre na proporção inversa do outro, assumimos uma polaridade verdadeira. Reservarmo-nos o direito de dedicar a este princípio um capítulo subsequente em separado, [...]⁴

Cabe uma consideração preliminar sobre essa forma de transcrição: preferiu-se tal feita do que se optar por versões preexistentes em português ou inglês para evitar senões exegéticos e discussões paralelas que poderiam ofuscar o foco da argumentação ora apresentada⁵. Dessa forma, para o nosso propósito especulativo, importa neste momento registrar que o capítulo renunciado no texto anterior não chegou a ser escrito, ou pelo menos não foi compilado pela esposa de Clausewitz, nem sua ausência teria sido sentida, até então, pelos seus leitores.

³ CLAUSEWITZ, 1831. Disponível em <<http://www.clausewitz.com/CompareFrameSource1.htm>>. Acesso em: 22 out. 2016.

⁴ A tradução foi realizada por Nivia Maria Vasco Ponce Pasini Judice, bacharel em língua e literatura alemã pela Universidade Federal Fluminense.

Dessa forma, trazendo por empréstimo tal princípio para a maritimidade que a realidade do século XXI impõe, tentaremos esboçar suas linhas gerais em termos atuais. Tal esforço visa a uma finalidade prática para a Estratégia Nacional, numa conjuntura de orfandade política da Defesa, conforme acentuou recentemente o Ex-Ministro da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Mario Cesar Flores⁶. Por ocasião da Conferência de abertura do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (IX ENABED)⁷, o Ministro de Estado da Defesa destacou tal conjuntura. Nesse sentido, sem inimigos à vista, nem ao leste marítimo do Brasil, nem a oeste continental, nas palavras do Ministro Raul Jungmann, a sociedade brasileira daria pouco interesse aos assuntos de defesa, o que conseqüentemente refletiria na nossa casa política. Tal constatação infelizmente retrata um entorpecimento de nossa sociedade e miopia para com aspectos essenciais à existência nacional, como a História nos ensina.

Prosseguindo a leitura de Clausewitz do ponto em que paramos, cita-se a curta análise feita a respeito desse princípio⁸.

⁵ Cite-se aqui John Keegan (1934-2012), teórico que considerava a guerra como um fenômeno cultural, por conseguinte "pré-estatal", e contestava o mais celebre aforismo de Clausewitz, "a guerra é a continuação da política por outros meios", já que o original em alemão expressaria algo mais complexo e sutil: "*des politischen Verkehrs mit Einmischung anderer Mittel*", que significaria "a continuação das relações políticas com a entremistura de outros meios". (KEEGAN, 1995, p. 19). Note-se contudo que, numa análise comparativa de versões em inglês e português do trecho supracitado não foram percebidos contrastes relevantes que contraindicassem a argumentação ora desenvolvida.

⁶ FLORES, 2016.

⁷ Encontro nacional promovido pela ABED, ocorrido de 06 a 08 de julho de 2016, em Florianópolis (SC).

⁸ É digno de nota que o autor desse artigo despertou interesse em analisar o princípio da polaridade clausewitziano como respaldo teórico para a defesa proativa da Amazônia Azul a partir de um seminário interno de planejamento militar, realizado na EGN em 2015, especificamente numa apresentação proferida pelo Capitão de Fragata Fernando Roberto.

[...] müssen aber hier folgendes darüber sagen.

Das Prinzip der Polarität ist nur gültig, wenn diese an ein und demselben Gegenstand gedacht wird, wo die positive Größe und ihr Gegensatz, die negative, sich genau vernichten. In einer Schlacht will jeder der beiden Teile siegen; das ist wahre Polarität, denn der Sieg des einen vernichtet den des anderen.

[...] mas temos algo a dizer sobre isso a seguir.

O princípio da polaridade só é válido quando **se pensa sobre o mesmo objeto** em que a dimensão positiva e sua oposição, a negativa, se anulam exatamente. Em uma batalha, cada uma das partes quer triunfar, e isto é a verdadeira polaridade, uma vez que a vitória de um aniquila a vitória do outro, [...] (grifo nosso).

À guisa de exemplificação, no Atlântico Sul (AS), que corresponde à porção central do entorno estratégico brasileiro explicitado na nossa Política Nacional de Defesa (PND), poderíamos visualizar tal polaridade no conflito das Malvinas. A célebre ordem que teria sido proferida pela Primeira-Ministra britânica Margareth Thatcher realça tal polaridade, na qual só poderia haver um vencedor, em termos bélicos: "*Retake the Falklands*". Tal conflito encerrou-se há mais de trinta anos, não envolveu o Brasil diretamente, em que pese a solidariedade sul-americana demonstrada, e nesse início de século XXI não se avistam objetos de disputa no AS que ensejem uma "polaridade direta", como passamos agora a denominá-la.

Ocorre que o ponto 15, escrito por Clausewitz, não se encerra na polarização direta, e o autor nos fornece o gancho que precisamos.

Wenn aber von zwei verschiedenen Dingen die Rede ist, die eine gemeinschaftliche Beziehung außer sich haben, so haben nicht *diese Dinge*, sondern ihre Beziehungen die Polarität.

Mas quando se trata de **duas coisas diferentes que têm uma relação em comum exterior a elas**, então não são estas coisas, **mas suas relações que possuem a polaridade** (grifo nosso).

Sem poder esperar novos aportes teóricos ao trabalho de Clausewitz, já que a maritimidade do século XXI impõe ao Brasil responsabilidades estratégicas inadiáveis, podemos visualizar as “coisas” supramencionadas como os atores relevantes para a esfera internacional, governamentais ou não, e a “relação comum” entre elas como os espaços marítimos e seus atributos, que interconectam os Estados. Nos permitimos, portanto, em memória de Clausewitz e dos seus sucessores intelectuais, complementar o seu raciocínio, ao antevermos uma polaridade marítima indireta, com fulcro no AS, que seria cara ao Brasil marítimo do século XXI. Tomaremos o Mar do Sul da China (MSC) por contraste.

Polarização Direta no Mar do Sul da China

O MSC, espaço distante do nosso entorno estratégico considerado, contrasta com o AS, na conjuntura deste início de século, tanto por aspectos geográficos, importantes para os sistemas defensivos, mas principalmente pelo jogo “oceanopolítico” em andamento. Nesse teatro, dentre outras disputas insulares, destaca-se que Taiwan polariza diretamente os EUA e a República Popular da China, enquanto se define o seu status final – uma província rebelada ou Estado independente pressionado pelo continente. Dessa forma, verificamos estrategistas de ambos os países prepararem-se para um embate no teatro “Ásia-Pacífico”, o que, melhor dizendo para nosso propósito, revela um antagonismo direto “oceânico-terrestre”.

Já analisamos brevemente a atual Estratégia Militar Chinesa, publicada em maio de 2015, que assume o seguinte princípio⁹: “Nós não atacaremos sem sermos atacados, mas certamente realizaremos contra-ataque se atacados”. Nessa visão, a mobilidade e presença dos navios-aeródromos (NAe) dos EUA nessa porção marítima seria contestada por submarinos que interagem com aeronaves lançadas

⁹ JUDICE; PIÑON, 2016, p.317.

de terra e também por mísseis balísticos de grande poder de destruição, como os DF-21D. Tais mísseis, lançados do litoral chinês, percorrem elevadas trajetórias e descem sobre o eixo vertical dos meios navais, o que dificulta deveras a sua defesa. Em linhas gerais, a doutrina operacional chinesa evoluiu da “defesa costeira” para a “proteção em mar aberto”.

Ao seu turno, nos EUA, analistas do *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA) denominaram a doutrina chinesa como *Anti-Access/Area Denial*¹⁰ – conhecida pela sigla A2/AD –, que estaria sendo desenvolvida no MSC, em que os estreitos marítimos e os cordões naturais de ilhas favoreceriam a defesa continental.

É importante aqui recordar os atributos do mar visualizados por Geoffrey Till, estrategista britânico do *King's College*: meio de domínio, transporte, informações e fonte de recursos¹¹. Nas circunstâncias atuais do MSC, o primeiro atributo tende a polarizar mais que os demais, posto que quem predominar militarmente terá melhores condições de conquistar e manter seus objetivos insulares. Enfim, rivalizam-se as possibilidades ofensivas e defensivas de projeção de poder sobre o continente *versus* negação de uso do mar para efeitos militares, orientando-se vetores sobre os meios oponentes, visão consoante com o primeiro atributo categorizado por Till.

Nessa visão, a China procura por melhores pontos de pressão numa batalha terrestre-naval antevista, e tenta contrapor-se às bases estadunidenses na região, como a de Yokosuka, no Japão, por meio de movimentos marítimos “territorializantes”. Tal Estado, empregando cargueiros e dragas, vem desde 2013 aterrando dezenas de recifes de corais do arquipélago Spratly, localizadas numa posição praticamente equidistante da sua costa, do norte da Malásia e do oeste das Filipinas¹². A título de ilustração, nessas ilhas artificiais foram construídas pistas de pouso e bases permanentes, com vistas a assegurar uma soberania sobre mais 700 pequenas ilhas em seu entorno, até então inabitadas.

¹⁰ Disponível em <<http://csbaonline.org/research/publications/a2ad-anti-access-area-denial>> . Acesso em: 28 out.2016.

¹¹ TILL, 2013.

¹² Disponível em < http://www.nytimes.com/interactive/2015/07/30/world/asia/what-china-has-been-building-in-the-south-china-sea.html?_r=0> . Acesso em: 28 out. 2016.

Não se descarta aqui que há outras polarizações secundárias na região, naquilo que Joseph Nye denominou de padrão axadrezado das relações internacionais, revisitando um velho adágio, em que os Estados procuram posicionar-se como aliados dos “inimigos dos seus inimigos”¹³. Um caso bem emblemático dessa situação consiste no Estado japonês e os acordos defensivos que mantém com os EUA desde a 2ª GM.

Vale dizer ainda que Estados situados nesse entorno estratégico, sem interesse de tomar partido, têm de se esforçar por estratégias marítimas de neutralidade, como o “Eixo Marítimo Global”, adotado recentemente pela Indonésia¹⁴, que busca “remar entre dois recifes”, conscientização que vem desde a confrontação EUA versus URSS.

A Polarização Indireta no Atlântico Sul

Para aguçar nossa reflexão, indaga-se como cogitar que o Brasil permaneceria neutro e imune em relação a um grande conflito internacional no AS, sabendo-se que fomos arrolados na 2ª GM, ao ter nossos navios mercantes torpedeados por submarinos alemães¹⁵, que não tinham motivação direta contra nosso povo?

A pressão direta que, por exemplo, a Indonésia sente na atual conjuntura do MSC não seria assim tão perceptível no AS. Contudo, constitui-se ledor engano negligenciar que esse espaço marítimo, se já era suscetível a disputas conflitivas por ser um meio intercomunicador por excelência, fica ainda mais polarizável quando assume funções produtivas energéticas relevantes nesse início de século XXI. Isso nos levou assim a revisitar o princípio da polaridade clausewitziano, na modalidade indireta.

¹³ NYE, 2002, p. 33.

¹⁴ Conforme Estudo de Caso apresentado em painel coordenado pelo autor deste artigo no IX ENABED por Rômulo Barizon (UFRGS) Disponível em <[http://www.enabed2016.abedef.org/respirces/anais/3/1466391423_ARQUIVO_PITT_e_FEDDERSEN - Indonésia - estrategiaMaritima e EntonoEstrategico.pdf](http://www.enabed2016.abedef.org/respirces/anais/3/1466391423_ARQUIVO_PITT_e_FEDDERSEN_-_Indonesia_-_strategiaMaritima_e_EntonoEstrategico.pdf)>. Acesso em: 28 Out. 2016.

¹⁵ Lembramos por exemplo de como a borracha amazônica era essencial para o esforço aliado, já que as fontes asiáticas desse suprimento estavam nas mãos dos japoneses.

Ilustra-se neste ponto recente palestra proferida pelo segundo autor deste artigo¹⁶, membro do *Geosciences Advisory Board – NXT Energy Solutions* – e pesquisador do Instituto Nacional de Óleo e Gás (INOG): “A Relevância Estratégica da Área do Pré-sal”, realizada em dia 15 de março de 2016, na Escola de Guerra Naval¹⁷. O pesquisador apresentou análises estratégicas que tiveram por base sua tese de Doutorado, primeiro estudo científico prospectivo realizado no Brasil sobre o *yet-to-find-oil* do Pré-sal¹⁸.

Conforme Modelo de Processo Exploratório, apresentado inicialmente no Simpósio Brasileiro de Geofísica em 2015, escolhido para publicação pela *Science Society Exploration Geophysics*, os recursos na área do Pré-sal brasileiro consistiriam em “pelo menos 176 bilhões de barris de petróleo e gás (com 90% de probabilidade de ocorrência), podendo atingir 273 bilhões de barris”¹⁹. Considerados os cerca de 40 bilhões de barris de óleo equivalente já em fase de comprovação pela PETROBRAS e empresas parceiras no lado brasileiro do AS, tal estudo indica uma grande concentração de ativos energéticos, superior inclusive ao que foi apresentado pela consultoria norueguesa *Rystad Energy* – 120 bilhões de barris –, que apontou o Brasil em sexto lugar mundial, em termos dessas reservas²⁰.

Nesse sentido, o AS, que já proporciona uma boa parte do petróleo produzido no mundo – não podemos esquecer também do gás natural –, onde múltiplos agentes e usufrutuários interagem, é um teatro também propenso a uma polarização conflituosa. O Brasil tem de estar atento para a resultante vetorial dessa interação, para que lhe seja favorável, pois o jogo energético mundial não é feito para amadores, e é jogado agora numa dimensão “oceanopolítica”.

¹⁶ Prof. Dr. Cleveland Jones, com especial contribuição na seção atinentes aos recursos existentes na Amazônia Azul além do Pré-sal.

¹⁷ O evento contou também com a participação do pesquisador Hernani Chaves, Professor Emérito da FAPERJ.

Disponível em < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/pre-sal.pdf>>. Acesso em 28 out. 2016.

¹⁸ É digno de nota que a ANP não elabora ainda estudos prospectivos de nossos recursos energéticos, à semelhança da forma de atuação de outras agências nacionais e internacionais congêneres, o que ressalta a relevância desta pesquisa.

¹⁹ O evento contou também com a participação do pesquisador Hernani Chaves, Professor Emérito da FAPERJ.

²⁰ Disponível em < <http://247wallst.com/energy-economy/2016/10/08/10-countries-with-the-most-oil/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

Conforme evidenciamos em estudos anteriores, o processo de “infraestruturação do mar”²¹, decorrente dos avanços tecnológicos que propiciaram a exploração de petróleo e gás nos oceanos a partir da segunda metade do século passado, é alvissareiro, e o Brasil está na vanguarda nesse processo, mas também nos traz preocupações estratégicas. Com os baixos custos e previsíveis ganhos de escala, em pouco tempo a produção na Amazônia Azul²² – conceito que representa as águas e solos marinhos onde o Brasil tem direitos de exploração econômica – assumirá um peso específico de nível global.

Kearsley (1992) já asseverara que no século XXI “já não se lutaria só sobre o mar, mas também pelo mar”, e ativos intrínsecos aos espaços marítimos podem polarizar perigosamente interesses de atores internacionais, se não houver esforço dissuasório defensivo e trabalho adequado no âmbito da Política Externa. Cumpre aqui registrar a missão de nossa Marinha, consentânea com as aspirações do Estado brasileiro:

“Preparar e **empregar o Poder Naval**, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e **para o apoio à Política Externa**” (grifo nosso).

Foram destacados dos preceitos constitucionais presentes nessa redação atualizada de missão o emprego do Poder Naval e o apoio à Política Externa. Em termos dissuasórios militares, no nosso lado do AS – a Amazônia Azul –, já analisamos em trabalhos anteriores requisitos estratégico-operacionais para um sistema defensivo proativo, em observância aos objetivos marítimos estabelecidos na Estratégica Nacional de Defesa (END)²³.

Pensando além da Amazônia Azul, em termos de Política Externa no AS, cuja margem africana também é fonte primária de recursos energéticos – com destaque para o Golfo da Guiné – a cooperação regional em termos de segurança marítima é uma grande ferramenta

²¹ WEDIN, 2015.

²² BRASIL, 2014.

²³ Sucintamente seriam o “Controle” e “Proteção”, Cf. JUDICE; PIÑON, 2016.

para mitigar polarizações conflitivas. Nesse sentido, o Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha do Brasil (CEPE-MB), com sede na EGN, promoveu recentemente, entre os dias 15 e 17 de junho de 2016, o seminário “Segurança Marítima no Atlântico Sul”²⁴. Desenvolvido em parceria com a Organização Marítima Internacional (IMO) e o Comando do Controle do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM), o evento contou com a participação de expressiva representação internacional, destacando-se a presença de delegações de 14 Estados do Atlântico Sul, além de observadores de países convidados (Estados Unidos da América, França, Portugal e Reino Unido), de diversas Organizações Internacionais e Regionais como a própria IMO, a União Europeia, e o *Interregional Coordination Centre* (ICC), com sede em Yaoundé, Camarões²⁵. O evento teve como propósito a identificação de interesses comuns e oportunidades para o incremento da segurança marítima no âmbito do AS, e foi realizada inclusive uma simulação para atendimento de tal propósito, denominada “Segurança Marítima no Atlântico Sul” (SEMASUL).

As exposições no referido seminário não deixaram muita dúvida de que a proteção e segurança de insumos energéticos no Golfo da Guiné era altamente prioritária, sendo um elemento factível de polarização conflitiva. Numa determinada mesa redonda, um representante britânico anunciou um esforço paralelo de coordenação operacional franco-britânica, sediado naqueles Estados. Era uma proposta colaborativa, bem diferente do acordo secreto que um século atrás visava partilhar os despojos do Império Otomano no Oriente Médio²⁶. Porém, um representante de uma delegação africana não deixou de ponderar que seria mais racional investir os recursos diretamente no centro regional já estabelecido para tal propósito.

²⁴ Disponível em < <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,seminario-no-rio-debate-questao-da-seguranca-no-atlantico-sul,1880788>>. Acesso em: 28 out. 2016.

²⁵ Cita-se ainda o Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS), e representações de instituições nacionais, como a Polícia Federal, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SYNDARMA) e ANP.

²⁶ O célebre acordo Sykes-Picot, que visava, entre outros objetivos estratégicos, a partilha do controle do petróleo e do canal de Suez na região do Oriente Médio entre a França e o Reino Unido.

Em suma, em que pese o espírito colaborativo do referido evento, distintas visões de atores regionais e “extrarregionais”, além da própria atuação de forças antagônicas ao desenvolvimento produtivo na margem africana do AS, nos fazem refletir sobre a aplicabilidade do princípio da polaridade clausewitziano.

Se já são evidentes as repercussões estratégicas no AS, com fulcro na margem sul-americana, do interesse avultado pela exploração do Pré-sal, considerada por alguns a maior descoberta energética das últimas décadas, imaginem o que pode ainda estar por vir na Amazônia Azul.

Brasil Marítimo Além do Pré-Sal

Ainda que as atividades exploratórias tenham arrefecido nos últimos anos, reflexo da crise mundial de petróleo e especialmente da desaceleração mais intensa sofrida no Brasil, as perspectivas da indústria petrolífera no Brasil têm que considerar as novas províncias petrolíferas para onde esses esforços devem se deslocar nos próximos anos. A capacidade instalada de conteúdo local da indústria petrolífera no Brasil inclui empresas focadas nas diversas etapas do ciclo exploratório, desde as atividades de exploração, passando pelas de desenvolvimento e produção, incluindo infraestrutura e recursos humanos especializados, desenvolvidos com grande esforço, e que representam um importante fator de competitividade e pujança econômica para o país. Não se pode perder nenhuma parte dessa capacidade instalada, por conta de interrupções nas atividades que a sustentam. Para continuar impulsionando a economia, a indústria petrolífera deve constantemente oferecer novas áreas exploratórias, oportunidades de desenvolver as descobertas realizadas, e projetos que possam sustentar as atividades relacionadas à produção nas áreas com descobertas desenvolvidas (DOURADO & JONES, 2015).

À medida que as descobertas atuais chegam às etapas de desenvolvimento e produção, as de exploração perdem espaço, já que essas áreas se tornam exploratoriamente maduras, mesmo que continuem sendo muito produtivas por muitos anos. Dessa forma, é natural que os esforços exploratórios no futuro se desloquem das bacias de Campos e Santos, e migrem para novas fronteiras exploratórias. O ritmo e a direção desses esforços deverão ser ditados pelos leilões de áreas exploratórias que a ANP vier a lançar, seguindo a política energética e petrolífera orientada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ditada por decisões

políticas, mas seguindo um embasamento fundamentado nos conhecimentos da geologia das regiões que ainda restam por ser exploradas (ANP, 2016).

Dado que toda a costa brasileira é composta por bacias sedimentares em sua margem continental, com algum potencial petrolífero, não faltam alvos exploratórios para onde os esforços exploratórios podem se dirigir. A previsão das bacias e áreas consideradas prioritárias para os próximos esforços exploratórios pode ajudar a preparar as políticas nacionais para a proteção dessas novas áreas, e os requisitos para tanto, considerando suas características.

Em geral, as bacias da margem continental leste no Brasil compartilham muitas características que dão favorabilidade geológica para a acumulação de hidrocarbonetos. Por serem oriundas da abertura e separação do supercontinente Gondwana, no Jurássico Superior/Cretáceo Inferior, essas bacias foram formadas por amplas áreas de mar restrito, formando seções geradoras, e por sedimentação mesozoica, que forneceu oportunidades para o desenvolvimento de reservatórios. Sedimentos que compõem rochas fonte ricas em matéria orgânica, depositada em mares restritos; reservatórios em rochas formadas por sedimentação clástica²⁷ ou formações carbonáticas posteriores; dutos de migração através das falhas formadas com o estiramento crustal e acomodação; trapas formadas pelo tectonismo, halocinese²⁸ e acomodação; e selos eficazes formados por rochas sedimentares ou sal, compõem todos os elementos básicos necessários para um sistema petrolífero funcional.

Adicionalmente, dentre os processos básicos essenciais para a formação de um sistema petrolífero funcional, também estiveram presentes: a subsidência controlada por falhas, associadas ao processo de estiramento da crosta e à separação dos continentes, permitiu a geração de óleo nas rochas fonte, desde o Aptiano²⁹ até o Albiano³⁰; a migração do óleo para reservatórios se deu através de

²⁷ Diz-se das rochas formadas pela reunião de fragmentos de rochas de outros grupos.

²⁸ Consiste na movimentação e deformação das camadas salinas por ação de forças gravitacionais.

²⁹ Na escala do tempo geológico, consiste na idade da época Cretácea inferior no período Cretáceo da era Mesozoica inferior do éon Fanerozoico que está compreendido entre 125 milhões e 113 milhões de anos atrás, aproximadamente.

³⁰ Consiste na idade da época Cretácea Inferior do período Cretáceo da era Mesozoica do éon Fanerozoico, que está compreendida entre 113 milhões e 100 milhões e 500 mil anos atrás, aproximadamente.

falhas e sistemas de falhas; o óleo migrado encontrou espaço para acumulação em reservatórios turbidíticos³¹, carbonáticos e outros; e a preservação até os tempos atuais ocorreu em grande parte dessas bacias, que deixaram de sofrer força tectônica e outros fatores que teriam impedido tal acumulação.

Apesar de cada elemento e processo estarem individualmente sujeitos a incertezas geológicas, e cada bacia apresentar diferentes níveis de incerteza em relação a cada elemento ou processo, o êxito exploratório nas bacias da margem leste brasileira confirma que, nos casos das muitas descobertas de petróleo e gás, todos esses elementos e processos, assim como o sincronismo necessário entre eles, estavam presentes. A ocorrência de acumulações comerciais em quase todas essas bacias, e de indícios de petróleo e outras evidências de um sistema petrolífero funcional em outras, demonstra o grande potencial petrolífero da margem continental leste brasileira como um todo (JONES, CHAVES & DOURADO, 2009).

Esse é o caso da Bacia do Espírito Santo, que inclui parte da província petrolífera do Pré-sal, além de extensa área de seções do pós-sal, e é atualmente uma grande produtora de petróleo e gás, sendo a segunda maior em reservas totais de petróleo, provadas e em desenvolvimento, no Brasil (ANP, 2015a).

Esse é também o caso da Bacia de Sergipe-Alagoas em sua extensão marítima em águas profundas, onde recentes descobertas de grandes acumulações de óleo e gás em áreas distantes 100 km da costa, ou mais (REUTERS, 2013), podem indicar que se trata de um novo *play* de óleo leve de rochas fonte que não são as mesmas das acumulações descobertas na porção *onshore* dessa bacia.

Outras bacias da margem continental leste também podem ter elevado potencial petrolífero, mesmo sem ainda ter apresentado grandes descobertas de óleo ou gás, como a Bacia de Pelotas. Nessa bacia, o potencial gerador do Aptiano ao Cenomiano³² tem sido reconhecido, reservatórios do Cretáceo foram identificados, e os demais elementos e processos de um sistema petrolífero potencialmente prolífero são considerados existentes (ANP, 2015b). Recentes compromissos exploratórios de grande porte na Bacia do Uruguai (BLOOMBERG, 2016), logo ao sul, sugerem que a Bacia de

³¹ Depósitos sedimentares originados por correntes de turbidez submarinas.

³² Consiste na idade da época Cretácea Superior do período Cretáceo da era Mesozoica do éon Fanerozoico, que está compreendida entre 100 milhões e 500 mil e 93 milhões e 900 mil anos atrás, aproximadamente.

Pelotas também poderia partilhar esse potencial. Essas evidências, assim como a inclusão de blocos exploratórios dessa bacia, na 13ª rodada da ANP, em 2015, sugerem que ela deve receber crescente atividade exploratória nos próximos anos.

Quanto à Margem Equatorial, as bacias sedimentares dessa região, na margem continental norte do país, têm sido muito menos exploradas do que as bacias da margem continental leste. Entretanto, houve descobertas significativas na costa oeste da África, margem análoga onde o campo gigante de Jubilee foi descoberto em 2007, assim como muitas outras descobertas subsequentes (GHANAWEB, 2015). No Senegal também foram feitas descobertas significativas, pela Cairn Energy e pela Kosmos (OILPRICE, 2016).

Estas descobertas são muito significativas, não somente por serem de grandes volumes, mas por sugerirem que as bacias brasileiras da Margem Equatorial também compartilham uma favorabilidade semelhante, pois têm origem comum (a separação entre os continentes sul-americano e africano), e são áreas análogas, em margens continentais divergentes opostas (BRYANT *et al.*, 2012).

Outras descobertas que sugerem grande potencial petrolífero para as bacias brasileiras da Margem Equatorial são as de Guyana, Suriname e Guiana Francesa, na Bacia de Guyana-Suriname, desta vez não em margem análoga, mas na própria Margem Equatorial do Atlântico (FORBES, 2016). A importância destas descobertas para entender os rumos das grandes tendências de descobertas de classe mundial não pode ser menosprezada (JONES, 2016).

A Margem Equatorial brasileira ainda não tem apresentado grandes descobertas, mas tem atraído o interesse de grandes *players* da indústria do petróleo há anos, especialmente na 11ª rodada de licitações da ANP, em 2013. Nessa rodada, lances foram elevadíssimos para blocos em diversas bacias da Margem Equatorial, como os R\$345,9 milhões para um único bloco na Bacia Foz do Amazonas, mas blocos também foram altamente disputados nas bacias de Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar *offshore* (ANP, 2013). O elevado interesse pelos blocos exploratórios que a ANP incluiu na Margem Continental demonstram que a indústria reconhece a grande favorabilidade geológica dessa região, que em futuro próximo pode se revelar uma nova província petrolífera de grande potencial, quiçá semelhante ao do Pré-sal, apesar que a existência de um sistema petrolífero eficaz, que possa resultar em descobertas de acumulações petrolíferas significativas, precise ser demonstrada através de maiores esforços exploratórios.

Junto às enormes áreas das bacias da margem continental brasileira, outro fator que sugere o provável surgimento dessas bacias como foco de atividades exploratórias *offshore* mais intensas nos próximos anos são as estimativas de óleo a descobrir (*yet-to-find-oil*) para algumas bacias menos exploradas, feitas pelo *US Geological Service*, e publicadas em 2012 (USGS, 2012). Essas estimativas indicam recursos recuperáveis mais prováveis (P50)³³, apenas para óleo (sem gás ou condensados), da ordem de 664 milhões de barris para a Bacia de Pelotas, 1,7 bilhão de barris para a Bacia de Sergipe-Alagoas, e 583 milhões de barris para a Bacia da Foz do Amazonas. Apenas com o atual estado de desconhecimento exploratório dessas bacias, esses são volumes que podem crescer muito, caso resultados positivos venham a ser obtidos em novos esforços exploratórios, e por si só já indicam um potencial petrolífero muito significativo, especialmente em relação ao atual nível de reservas provadas no Brasil, e certamente suficiente para atrair grandes investimentos futuros e intensa atividade exploratória.

Em relação às bacias petrolíferas referenciadas acima, é importante levar em consideração que a área dessas bacias é muito superior à das bacias atualmente em produção. A Bacia de Campos, por exemplo, tem uma extensão de mais de 115 mil km², mas a Bacia do Espírito Santo tem aproximadamente 120 mil km². Dessa forma, representa uma imensa área adicional para futuros esforços exploratórios, inclusive superior à da Bacia de Campos. À medida que essa bacia apresente resultados de descobertas de grande porte, também exigirá medidas de proteção proporcionais à área exploratória.

Porém a Bacia do Espírito Santo não representa sequer uma área muito grande em relação à área de outras bacias da margem continental brasileira com elevado potencial exploratório, que poderá se revelar nos próximos anos. A Bacia de Pelotas, por exemplo, tem uma área de aproximadamente 340 mil km², quase igual à da Bacia de Santos, que tem aproximadamente 350 mil km².

As Bacias da Margem Equatorial brasileira, por sua vez, têm áreas *offshore* muito extensas, variando desde 30 mil km² (Bacia do Ceará) a 350 mil km² (Bacia da Foz do Amazonas). Juntas, chegam a mais de 500 mil km² de áreas exploratórias que possivelmente venham a se transformar em áreas produtivas, cujos esforços para sua proteção, proporcionais à sua área seriam muito superiores aos já demandados para todas as atuais bacias produtoras *offshore*.

³³ A estimativa de produção P50 significa que existe 50% de probabilidade de produção real no longo prazo ser acima desta estimativa.

Considerações Finais

Em linhas gerais, no primeiro capítulo do primeiro livro de célebre obra "Da Guerra", Clausewitz tratou de expor muito sucintamente porque a polaridade direta, denominada por ele *wahre Polarität*, a "verdadeira polaridade", era neutralizada, o que explicaria assim a interrupção das ações militares em andamento. Nesse sentido, uma guerra que teoricamente seria absoluta, até o desarmamento total do inimigo, mas de práxis limitada, pelos contrapesos inerentes a sua própria natureza³⁴, seria interrompida porque o momento mais propício para o agressor político seria sucessivamente postergado pelo reforço defensivo do seu antagonista.

Um exemplo emblemático posterior desse processo consistiu na mútua destruição assegurada pelos arsenais nucleares na Guerra Fria. Dessa forma, a polaridade aberta entre os blocos capitalista e soviético nunca levava às vias de fato devido ao cálculo de probabilidades dos contendores nunca favorecer francamente um lado.

Nossa preocupação é congênere a de Clausewitz, mas no sentido reverso: evitar que uma polaridade indireta, que se forme sutilmente e de forma pouco perceptível para quem não tem visão estratégica, entre atores distintos que desenvolvam um interesse comum, mas num sentido divergente, antagônico, escale rapidamente até a erupção de um conflito armado. Se nos acostumarmos, numa alegoria simples, a "dormir com a porta da casa aberta", porque somos bem relacionados no mundo, o Brasil tenderá a não desenvolver sistemas defensivos dissuasórios no AS suficientemente estabilizadores, ao lado de ações internacionais cooperativas.

Enfim, sem a pretensão de "psicografar" um capítulo ainda não escrito por Clausewitz, verifica-se que aquele autor teorizava com base em sua experiência de conflitos engendrados por forças convencionais militares num teatro continental, e talvez não lhe tenha sido tão relevante desenvolver o princípio da polaridade prenunciado.

³⁴ O que ele denominou de "fricção geral", composta em linhas gerais dos seguintes elementos: perigo, esforço físico, as deficiências de inteligência e a fricção propriamente dita, que torna difícil até o mais simples movimento (CLAUSEWITZ, 1831).

A nossa realidade é bem distinta, recordando-se que já na 2ªGM uma polarização indireta atlântica entre forças aliadas e do Eixo girou em torno da negação ou garantia de um tráfego marítimo essencial a um esforço de guerra, o que levou marinheiros mercantes brasileiros inermes a encontrarem jazigo perpétuo no fundo do AS. O Presidente Getúlio Vargas não tinha muitas alternativas à época, e o comando de nossa defesa marítima foi delegado ao Vice-Almirante norte-americano Jonas Howard Ingram.

Podemos citar ainda mais um exemplo de polaridade indireta que afligiu as nossas costas, a chamada “Guerra da Lagosta” (1963), uma crise entre Estados tradicionalmente amigos e por motivações bem pouco consistentes: questões envolvendo a pesca desse crustáceo entre o Brasil e a França, que chegaram a posicionar forças navais na área de conflito, o nordeste brasileiro³⁵.

Retornando assim ao início de século XXI, entendemos que a calma do AS é aparente e os atores mais difusos – que podem ter motivações políticas, ideológicas, religiosas, econômicas, combinadas ou não –, como o terrorismo marítimo no Golfo da Guiné, citando-se o recente ataque a uma plataforma da Chevron na Nigéria pelo grupo rebelde conhecido como “Os Vingadores”³⁶. Nesse contexto, acadêmicos das universidades de *Portsmouth*, *Warwick* e *Essex*³⁷ recentemente apontaram para uma probabilidade cem vezes superior de intervenção de terceiras potências em conflitos internos ocorridos em regiões produtoras petrolíferas, do que em regiões não produtivas.

Além do tráfego marítimo, cabos submarinos – moderna expressão do atributo do mar como meio de informação, que possibilitam a quase totalidade das comunicações virtuais do mundo moderno, sem nos darmos conta disso – e mormente recursos naturais também podem ser objeto de disputa e de ações adversas nos espaços marítimos, com destaque para o “ouro negro” do AS, mar bem mais aberto geograficamente que o MSC.

³⁵ Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-lagosta-e-nossa-24-v9-shy09i5lw3-gg5-83pln8em> > Acesso em: 27 ago.2016.

³⁶ Disponível em < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/grupo-rebelde-explode-plataforma-petroleira-em-alto-mar-na-nigeria.html> > . Acesso em: 28 out. 2016.

³⁷ Disponível em < <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/intervention-in-civil-wars-far-more-likely-in-oil-rich-nations-10006648.html> > . Acesso em: 28 out. 2016.

Em síntese, verificamos no MSC que a resiliência de NAe norteamericanos a salvos costeiros de mísseis balísticos poderiam configurar o que Mahan concebeu estrategicamente como uma “batalha decisiva”³⁸, realçando a polarização direta clausewitiziana. Por contraste, visualizamos no AS, com recurso à História e analisando a conjuntura atual, a possibilidade evolutiva conflitiva de “cabo de guerra”³⁹, numa dinâmica de polaridade marítima indireta, mormente em torno de recursos energéticos, no tempo presente.

No momento o “cabo” estaria sendo tensionado no Golfo da Guiné, e essa tensão não demora a chegar do nosso lado do Atlântico. Se alguém ou uma composição de forças “puxa mais forte” numa direção que não nos interessa, devemos estar aptos para contrarrestar tal força, “tensionando o cabo” dissuasoriamente. Nesse sentido, ações assertivas visando à operacionalização da Estratégia Nacional de Defesa (END)⁴⁰ e a consecução da defesa proativa na Amazônia Azul são imperativas. Cita-se ainda tarefas das marinhas do século XXI visualizadas por Kearsley⁴¹, consentâneas com nossos interesses: *Domain Maintenance* sobre as águas jurisdicionais, e *Sea Tripwire* – cordão de tropeço marítimo –, numa concepção de armadilhas que imponham barreiras de risco a eventuais agressores.

Por outro lado, a cooperação regional, em prol da Política Externa brasileira, não pode ser ignorada. Saber “afrouxar o cabo” – dividindo o esforço com os vizinhos, sem perda de controle – num jogo colaborativo inteligente, pode distender polarizações conflitivas. Em suma, dissuasão e cooperação no AS são cada vez mais exigidas e interdependentes, num momento em que esse espaço entra de vez no jogo energético mundial – graças às conquistas tecnológicas promovidas no Pré-sal pela PETROBRAS⁴², cerca de uma dezena de sistemas no Pré-sal já produzem cerca de metade do petróleo brasileiro⁴³.

³⁸ ALMEIDA, 2015.

³⁹ JUDICE; PIÑON, 2016.

⁴⁰ BRASIL, 2013.

⁴¹ 1992.

⁴² Por tais conquistas a PETROBRAS foi empresa vencedora da *Offshore Technology Conference* (OTC, 2016).

⁴³ Disponível em < <http://www.anp.gov.br/wwwanp/publicacoes/boletins-anp/2395-boletim-mensal-da-producao-de-petroleo-e-gas-natural> > . Acesso em: 28 out. 2016.

Como reflexão final, trazemos Monteiro Lobato, imortalizado por contos infantis, pois o renomado autor merece renovada leitura, a bem do poder energético de um Brasil marítimo: “[...] Exércitos, marinhas, dinheiro e mesmo populações inteiras de nada valerão diante da falta de petróleo” (LOBATO, 1947, p.8). Enfim, a Amazônia Azul materializa seu empreendedorismo visionário, mas deve ser defendida proativamente, como determina a END, para dissuadir e distender futuras polarizações conflituosas, em apoio à Política Externa brasileira.

Referências

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Os gigantes da estratégia naval: Alfred Thayer Mahan e Herbeth William Richmond*. Curitiba: Prismas, 2015.

KEEGAN, John. Trad. Pedro Maia Soares. *A História da Guerra*. Companhia das Letras: BIBLIEX, 1995.

CLAUSEWITZ, C. P. G. V. Trad. Teresa Barros Pinto Barroso. *Da Guerra*. Lisboa: perspectivas&realidades, 1976.

_____. *Von Krieg*. Berlin: Dümmlers Verlag, 1832. Disponível em < <http://www.clausewitz.com/CompareFrameSource1.htm> >. Acesso em 22 out. 2016.

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Relatório de Análise da Décima Primeira Rodada de Licitações para Concessão de Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. 2013. Disponível em: http://www.brazil-rounds.gov.br/arquivos/relatorio_r11/Relatorio_Analise_R11.pdf. Acesso em 29 ago 2016.

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2015a. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?dw=78135.br/>>. Acesso em 29 ago 2016.

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Bacia de Pelotas Sumário Geológico e Setores em Oferta. 2015b. Disponível em: <http://www.brazil-rounds.gov.br/arquivos/areas_oferecidas_r13/Sumarios_Geologicos/Sumario_Geologico_Bacia_Pelotas_R13.pdf>. Acesso em 29 ago 2016.

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Rodadas de Licitação - Apresentação. 2016. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/>>. Acesso em 29 ago 2016.

BLOOMBERG. *Total Plans Hunt for 'Elephant' Oil Find Off Uruguay's Coast*. Online 7 mar 2016. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2016-03-07/total-plans-hunt-for-elephant-oil-find-off-uruguay-s-coast>>. Acesso em 29 ago 2016.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013. Aprova a política nacional de defesa, a estratégia nacional de defesa e o livro branco de defesa nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 set. 2013. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro--2013-777085-norma-pl.html> >. Acesso em: 01 jul. 2014. 2013.

_____. Estado Maior da Armada. *EMA-305. Doutrina básica da Marinha*. 2. rev. Brasília, DF, 2014.

BRYANT, I. et al. *Basin to Basin: Plate Tectonics in Exploration*. Schlumberger Oilfield Review, Autumn 2012:24 n 3. Disponível em: <https://www.slb.com/~/media/Files/resources/oilfield_review/ors12/aut12/3_basin_basin.pdf>. Acesso em 29 ago 2016.

DOURADO, J.D.A.; JONES, C.M. 2015. Nova percepção do mercado de petróleo e gás no mundo e no Brasil. *Revista TN Petróleo, Edição Especial Nr. 100*, p. 78-83, mar-abr, 2015. Disponível em <<http://tnpetroleo.com.br/revistas/>>. Acesso em 29 ago 2016.

FLORES, M. A Orfandade Política da Defesa. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, Rio de Janeiro, v. 3, nº 1, p. 15-19, jan./jun. 2016. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbed/article/view/65452/37918>>. Acesso em: 28 out. 2016.

FORBES. *With Second Big Oil Discovery, Exxon Puts Guyana On The Map*. Online 30 jun 2016. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/christopherhelman/2016/06/30/with-second-big-oil-discovery-exxon-puts-guyana-on-the-map/#2a8c16f2b99f>>. Acesso em 29 ago 2016.

GHANAWEB. 25 new oil discoveries made after Jubilee. Online 15 out 2015. Disponível em: <http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/NewsArchive/25-new-oil-discoveries-made-after-Jubilee-387901>. Acesso em 29 ago 2016.

JONES, C.M.; CHAVES, H.A.F.; DOURADO, J.D.A. *The Potential for New Discoveries in the Shallow Waters of the Campos Basin*. AAPG International Conference and Exhibition, Rio de Janeiro, 2009. AAPG Datapages/Search and Discovery, Tulsa, OK, USA: AAPG, 2009. Disponível em:<http://www.searchanddiscovery.com/pdfz/documents/2010/10235jones/ndx_jones.pdf.html>. Acesso em: 29 ago 2016.

JONES, C. M. Is anybody still watching World-Class discoveries? Everybody seems to be just hyping the crisis... Oilpro, online 5 jul 2016. Disponível em: <<http://oilpro.com/post/25628/anybody-still-watching-world-class-discoveries-everybody-seems-to>>. Acesso em 29 ago 2016.

JUDICE, L.P.C; PIÑON, C.P. *A Defesa do Ouro Negro da Amazônia Azul*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2016.

KEARSLEY, Harold. J. *Maritime power and the twenty-first century*. Aldershot: Dart-mouth Publishing Company, 1992.

LOBATO, M. *O Escândalo do Petróleo e Ferro*. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1947.

LUCCHESI, C. F. Petróleo. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 33, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000200003>. Acesso em: 29 ago 2016.

NYE, J. S. J. *Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History*. 4. ed. New York: Longmann, 2002.

OILPRICE. *Big Energy Discoveries Hold Huge Potential For Senegal*. Online 18 mar 2016. Disponível em: <<http://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/Big-Energy-Discoveries-Hold-Huge-Potential-For-Senegal.html>>. Acesso em 29 ago 2016.

OTC – OFFSHORE TECHNOLOGY CONFERENCE. *OTC Distinguished Achievement Awards for Companies, Organizations, and Institutions*. 2016. Disponível em: <<http://www.otcnet.org/Content/OTC-Distinguished-Achievement-Awards-for-Companies-Organizations-and-Institutions>>. Acesso em 29 ago 2016.

REUTERS. *Exclusive: Petrobras, IBV wells show major new oil find in Brazil*. Online 26 set 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/09/26/us-brazil-oil-discovery-idUSBRE98P0T020130926>>. Acesso em 29 ago 2016.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M.; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. *Decifrando a Terra*. 2.ed. São Paulo: IBEP, 2008. Disponível em: <<http://www.ibep-nacional.com.br/ibep2010/html/docs/script/catalogo.asp?isbn=9788504014396>>. Acesso em: 29 ago 2016

TILL, Geoffrey. *Sea power: a guide for the twenty-first century*. 3rd. London: Frank Cass, 2013.

USGS – US GEOLOGICAL SURVEY. *Assessment of Undiscovered Conventional Oil and Gas Resources of South America and the Caribbean, 2012*. Disponível em: <<https://pubs.usgs.gov/fs/2012/3046/fs2012-3046.pdf>>. Acesso em 29 ago 2016.

WEDIN, Lars. *Stratégies maritimes aux XXIe siècle: l'apport de l'Admiral Castex*. Paris: Nuvis, 2015.